

STJ00115334

SELMA CARLOTO

LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS

INCLUINDO MODELOS, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
E FASES DE IMPLEMENTAÇÃO



3ª EDIÇÃO
AMPLIADA E ATUALIZADA

LTR®



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Maio, 2022

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: PIETRA DIAGRAMAÇÃO
Projeto de capa: DANILO REBELLO
Impressão: EDIÇÕES LOYOLA

Versão impressa — LTr 6369.2 — ISBN 978-65-5883-146-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carloto, Selma

Lei Geral da Proteção de Dados: incluindo modelos, segurança da informação e fases de implementação/Selma Carloto. – 3. ed. – São Paulo: LTr, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5883-146-4

1. Proteção de dados – Direito – Brasil 2. Proteção de dados – Leis e legislação
3. Proteção de dados pessoais 4. Sistemas de informação gerencial – Medidas de segurança I. Título.

22-106180

CDIJ-342.721

Índice para catálogo sistemático:

1. Lei Geral de Proteção de Dados: Direito à privacidade 342.721

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – Tratamento de dados nas relações de trabalho	27
1.1 Aspectos discriminatórios da LGPD.....	37
1.2 Lei n. 58/2019 de Portugal.....	41
1.3 Processo seletivo.....	47
1.3.1 Processo seletivo por software de inteligência artificial.....	49
1.4 Compartilhamento.....	51
1.4.1 Compartilhamento com controladores independentes.....	51
1.4.2 Compartilhamentos entre tomadoras e prestadoras de serviços/controladoras conjuntas.....	53
1.4.3 Compartilhamento com operadores.....	55
1.5 Contratos de trabalho.....	55
1.6 Término de tratamento e conservação.....	57
1.7 <i>Compliance</i> trabalhista na Lei Geral de Proteção de Dados.....	58
Capítulo 2 – Conceitos básicos na legislação de proteção de dados brasileira	63
2.1 Dado pessoal.....	65
2.2 Dado pessoal sensível.....	66
2.3 Dado anonimizado.....	67
2.4 Banco de dados.....	69
2.5 Titular.....	70
2.6 Controlador.....	73
2.7 Operador.....	84
2.8 Encarregado.....	94
2.9 Agentes de tratamento.....	98
2.9.1 Pessoa natural como agente de tratamento.....	98
2.10 Tratamento.....	100
2.11 Anonimização.....	101
2.12 Consentimento.....	101

2.13 Bloqueio	102
2.14. Eliminação	103
2.15 Transferência internacional de dados	105
2.16 Uso compartilhado de dados	106
2.17 Relatório de impacto à proteção de dados pessoais	107
2.18 Órgão de pesquisa	108
2.19. Autoridade nacional	109
Capítulo 3 – Hipóteses autorizadoras de tratamento de dados pessoais	111
3.1 Consentimento	113
3.1.1 Consentimento livre	119
3.1.2 Consentimento informado	121
3.1.3 Consentimento inequívoco	125
3.1.4 Desequilíbrio de poder nas relações de trabalho	127
3.1.5 Regras para o tratamento por meio de consentimento	131
3.1.6 Revogação do consentimento	133
3.1.6.1 Quadros de exemplos, com bases legais, relações de trabalho	134
3.1.6.2 Quadros de exemplos, com bases legais, relações de consumo	135
3.2 Obrigação legal ou regulatória	135
3.3 Tratamento pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas	138
3.4 Tratamento para a realização de estudos por órgão de pesquisa	138
3.5 Tratamento necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares	139
3.6 Tratamento para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	141
3.7. Tratamento para a proteção da vida e incolumidade física do titular ou de terceiro	141
3.8 Tratamento para tutela da saúde	143
3.9 Legítimo interesse	143
3.10 Tratamento para a proteção do crédito	156

3.11	Tratamentos de dados pessoais de acesso público.....	156
3.12	Tratamento de dados pessoais sensíveis.....	157
Capítulo 4 – Princípios específicos da legislação de proteção de dados.....		
		171
Capítulo 5 – Relatório de impacto à proteção de dados..		
		177
Capítulo 6 – Sanções administrativas.....		
		193
Capítulo 7 – Da responsabilidade e do ressarcimento de danos.....		
		198
7.1	Responsabilidade nas relações de trabalho	201
7.2	Responsabilidade nas relações de consumo	204
7.3	Ações coletivas. Dano moral coletivo.....	206
Capítulo 8 – Segurança da informação.....		
		208
8.1	Introdução.....	208
8.2	Política de Segurança da Informação.....	212
8.2.1	As políticas de mesa limpa e da tela limpa	214
8.3	Treinamentos de Segurança da Informação	215
8.4	Descarte	217
8.5	<i>Non-disclosure agreement</i> – NDA.....	218
8.6	<i>Privacy by design</i>	220
Capítulo 9 – Passos para implementação da lei geral de proteção de dados na prática.....		
		238
9.1	Introdução.....	238
9.2	Fases	240
9.3	Fase 1: Preparação da privacidade e proteção de dados ..	241
9.3.1	Introdução.....	241
9.3.2	Auditoria preliminar.....	242
9.3.3	Criação de um comitê.....	242
9.3.4	Estabelecer fluxo de dados	243
9.3.5	Inventário de dados pessoais.....	244
9.3.6	Plano de treinamento.....	244
9.3.7	Plano de ação	245
9.4	Fase 2: Organização da privacidade e proteção de dados ..	246
9.5	Fase 3: Implementação e desenvolvimento da privacidade e proteção de dados.....	247

9.6 Fase 4: Governança de privacidade e proteção de dados....	249
9.7 Fase 5: Avaliação e melhoria da privacidade e proteção de dados.....	250
Conclusão.....	251

ANEXO I

Exemplos práticos, <i>cases</i>, de avaliação de legítimo interesse, nos termos do parecer 06/2014 do Grupo de Trabalho do Artigo 29 da União Europeia	255
---	------------

APÊNDICE COM MODELOS

1. Aditivo ao contrato de trabalho	279
2. Política de segurança da informação	281
3. Termo de responsabilidade/política	292
4. Relatório de Impacto à Proteção de Dados	293
5. Termo de consentimento/ banco de talentos	302
Referências.....	305